

Avaliação Pós-Ocupação das Condições de Acessibilidade Espacial em Ambientes Escolares

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/civiltec.v2i1.5383>

Aline Eyng Savi¹

Elaine Guglielmi Pavei Antunes²

Pedro Luiz Kesting Medeiros³

Haron Cardoso Fabre⁴

1 Introdução

A acessibilidade espacial nas escolas e, conseqüentemente, a inclusão escolar deveriam considerar as diferenças entre os alunos, implicando, entre outros elementos, escolas com infraestrutura ergonômica e operacional compatíveis com a capacidade de as diferenças diferirem, mas, com efeito, alcançarem um modelo universal, com o mínimo de exclusões (DISCHINGER *et al.*, 2009). Na situação das escolas brasileiras, registra-se que os marcos legais históricos e as normativas atuais são dois dos motivos para o crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular a cada ano. Há de se considerar, contudo, que o número da evasão escolar desses mesmos alunos é ainda expressivo, e entre os motivos está a dificuldade posterior de inclusão escolar pela ignorância quanto à acessibilidade e à ergonomia no projeto escolar (BRASIL, 2017). Em consonância com as ações de fortalecimento das políticas públicas na área de inclusão escolar no Brasil, este resumo expandido apresenta o estudo cujo objetivo foi analisar as condições arquitetônicas e ambientais no espaço escolar, apresentando os resultados encontrados em uma escola municipal do município de Morro da Fumaça, no estado de Santa Catarina. Os resultados fazem parte do trabalho realizado no projeto de extensão universitário intitulado “Observatório Acessível – Subsídios das tecnologias assistivas para adequação e qualificação de acessibilidade espacial em escolas do município de Morro da Fumaça”. O projeto conta com a parceria do Observatório Social do município, contribuindo para o desenvolvimento do programa de acessibilidade proposto pelo órgão.

¹ Doutora, Universidade do Extremo Sul Catarinense, arquiteta.alinesavi@gmail.com

² Doutora, Universidade do Extremo Sul Catarinense, elainepa@unesc.net

³ Mestre, Universidade do Extremo Sul Catarinense, pkm@unesc.net


⁴ Mestre, Universidade do Extremo Sul Catarinense, haron.fabre@unesc.net

2 Metodologia

A avaliação de acessibilidade espacial desenvolveu-se em três etapas distintas. Primeiramente, foram realizadas visitas exploratórias com a participação de toda a equipe, as quais visavam identificar a situação atual de acessibilidade da escola. Em seguida, foi efetuada uma ampla revisão bibliográfica, buscando informações sobre acessibilidade e ergonomia, especificamente em ambientes escolares, tanto no Brasil quanto no exterior. A terceira e última etapa foi o levantamento do ambiente construído por meio de desenhos, medições e fotografias, com a aplicação do Manual de Acessibilidade (DISCHINGER *et al.*, 2009). A sequência dessas etapas teve a seguinte questão a ser respondida: Quais as condições físicas do espaço para a garantia da interação das pessoas com deficiência? Visou-se abordar sobre as relações físicas e inclusivas da edificação. Com essas informações, foi possível realizar uma avaliação pós-ocupação (ORSTEIN *et al.*, 1994), tendo em vista, principalmente, a questão da acessibilidade no projeto de ambientes escolares.

3 Resultados

Para organizar e apresentar as informações, foi criado um Quadro Síntese (Quadro 1) onde são identificadas as principais deficiências de acessibilidade espacial. Ele está organizado nas seguintes colunas: (1) Ambientes, cujo ambiente é ilustrado por uma imagem; (2) Avaliação, apresenta a situação observada, descrevendo os principais aspectos negativos do ambiente; (3) Determinações Legais e (4) Recomendação, em que são sugeridas soluções para as questões negativas apontadas anteriormente.

Ambientes e Elementos	Avaliação	Determinações Legais (NBR 9050/2015)	Recomendação
 Sanitário.	Não existem sanitários acessíveis na escola.	Banheiros e vestiários devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada, no mínimo, uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.	Considerar a construção e observar a NBR 9050/2015 para a elaboração e a execução do projeto.

Quadro 1: Síntese do quadro final apresentado como resultado da avaliação de acessibilidade espacial

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 Conclusões

A análise das condições arquitetônicas e ambientais evidenciou a falta de coerência entre a legislação e a prática. O espaço físico da escola não está adequado para receber alunos com diferentes deficiências. A falta de acessibilidade e o modo como estão organizados os ambientes escolares fazem com que os alunos com deficiências se tornem dependentes de ajuda alheia, apesar de possuírem legalmente o direito à autonomia, ao conforto e à segurança. O tema da acessibilidade em espaços públicos é de extrema importância nas cidades brasileiras para minimizar a notória exclusão dessa parcela social do convívio comunitário. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 17,2% da população possuem algum tipo de limitação funcional (físico-motora, cognitiva e sensorial). Desse universo, grande parte não tem acesso e efetiva participação nas diversas atividades sociais, inclusive aquelas que acontecem nos edifícios públicos escolares. Mesmo que haja uma série de leis e normativas que regulamentem a infraestrutura espacial, há um longo caminho a percorrer.

Palavras-chave: Acessibilidade espacial; infraestrutura ergonômica e operacional; Limitação funcional.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2017.

DISCHINGER, Marta *et al.* **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

ORSTEIN, Sheila *et al.* **Ambiente Construído e Comportamento**: a Avaliação Pós-Ocupação e a Qualidade Ambiental. São Paulo: Studio Nobel, 1994.